

# CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE DO DISCURSO DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Erica Silva Rocha

**Resumo:** Este texto se refere às condições que possibilitaram a emergência do Discurso das Políticas Afirmativas na Educação Superior. Concebe-se, como condições de possibilidade a ideia de raça, da hierarquia de raças, a ruptura na forma de pensar essa diferença, antes, de uma forma mítica e religiosa e, depois, a partir de teorias racialistas modernas. Apresentam-se, aqui, os resultados parciais de pesquisa que aborda discursos que constituíram a forma de pensar e agir em termos raciais, possibilitando tanto mecanismos de exclusões como uma posterior ruptura, fazendo emergir o discurso das ações afirmativas. O interlocutor principal da pesquisa é o filósofo francês Michel Foucault.

**Palavras Chave:** Políticas Afirmativas, discursos, rupturas.

De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o *descaminho* daquele que conhece?

(FOUCAULT, 1998, p. 13 - grifo meu).

## Notas Introdutórias

Descaminho? O mais provável em uma pesquisa seria apresentar um caminho seguro, um método eficaz, uma maneira coerente para se alcançar um conhecimento sobre o tema. Assim, ao abordar as Políticas Afirmativas na Universidade do Estado de Mato Grosso, poderia trazer para este texto aquilo que convém, ao discurso científico. Ou, aquilo que se espera que o discurso acadêmico traga de inovador para a ciência. Ou, a comprovação de uma hipótese, legitimando o que já se sabe. Ou, a aplicação de uma categoria determinada. Ou a instituição de uma pretensa “verdade” sobre o tema.

Mas, o encontro com Foucault, no desenvolvimento desta pesquisa, possibilitou-me compreender que “existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir” (id). Pensar diferentemente do que se pensa. Perceber diferentemente do que se vê, são condições, segundo o filósofo francês, para continuar a olhar ou refletir. É com essa inspiração que me entrego a esta pesquisa, propondo-me ao descaminho, na expectativa de somar junto a este filósofo e também àqueles que não buscariam pelo eterno “ainda que fosse a eternidade do tempo, mas a formação do novo, a emergência, ou o que Foucault chama de ‘a atualidade’”. (Deleuze, 2006, p. 109). Um descaminho que quiçá, possa possibilitar um exercício de pensar nossa própria história sobre a emergência do discurso das políticas afirmativas no cenário da Universidade do Estado de Mato Grosso e “libertar o nosso pensamento daquilo que ele pensa silenciosamente, e permitir-lhe pensar diferentemente.” (id., p. 14).

Nesse contexto, pergunta-se nesta pesquisa: Como passamos a pensar o que pensamos silenciosamente sobre as políticas afirmativas? Talvez a ideia de que o acesso a vagas em universidades públicas, privadas, ou mesmo em concursos para cargos públicos (lei federal mais recente) esteja, com as cotas raciais, passando a assumir um caráter de acesso privilegiado. A reserva de vagas, talvez seja vista como uma deturpação do Estado Democrático de Direito, uma frustração da meritocracia e dos processos isonômicos de seleção. Talvez, ainda, seja vista como uma estratégia de se garantir artificialmente uma alteração da inevitável seleção natural dos mais capazes. Essas hipóteses trazem em si uma concepção da ideia de raça, com a marcante presença e/ou ausência de qualidades ‘próprias’ de um segmento racial, a alguns cabendo à inteligência, a outros, a força física, a alguns a beleza, moralidade, sensibilidade, a outros, feiura, selvageria, barbárie, a ideia de incompetência, incapacidade inerentes a antiga concepção de uma ‘cerebração’ incompleta, ou ainda, de uma sexualidade exacerbada... E ainda, a imagem do outro formada a partir de estereótipos, os critérios e padrões de beleza racialmente moldados... Uma visão de mundo cunhada, quem sabe, sob uma forma binária de entender o mundo e o outro, separando-o a partir de ideias radicalmente opostas como o certo e o errado, bom e o mau, o justo e o injusto, o bonito e o feio, o civilizado e o selvagem, e ainda, entre o branco e negro.

Essas questões que passaram a me mover, a partir do potente encontro com Foucault, levaram-me a refletir sobre a possibilidade de pensar diferentemente, já que este filósofo segundo Fisher traz um convite,

O convite de Foucault é que, através da investigação dos discursos, nos defrontemos com nossa história ou nosso passado, aceitando pensar de outra forma o agora que nos é tão evidente; assim, nos libertarmos do presente e nos instalarmos quase num futuro, numa perspectiva de transformação de nós mesmos. (FISCHER, 2013, p. 70).

Este encontro teórico me levou, desde o início, a abrir mão de ideias e conjecturas já arraigadas em meu entendimento e ariscar-me em um novo discurso, não tão certo, e que pelo contrário sabe-se incerto e provisório.

A Incerteza e provisoriedade deste discurso que apresento e que desde já se reconhece como tal, é consequência inevitável da perspectiva que adoto neste trabalho, bem como da concepção de discurso dela advinda. A perspectiva adotada é situada por Veiga-Neto (1996) como pós-moderna, ou pós-estruturalista. Essa perspectiva dá as costas para as metanarrativas iluministas, nega as essências e o pensamento totalizante e implode a razão moderna. Para o autor,

Uma das características do pós-estruturalismo (...) é a dispersão, a fragmentação, a ausência de um programa comum que paire acima das contingências históricas e das experiências concretas. Ao rejeitar a idéia de se construir sistemas que expliquem o mundo – o que se afasta bastante dos ideais filosóficos, tanto clássicos quanto iluministas – o que o pós-moderno têm a nos dar são fulgurações. (VEIGA-NETO, 1996, p. 11)

Essa perspectiva é avessa a ideia de uma verdade a ser revelada. Considera o discurso como uma construção histórica, fruto de uma época. Dessa forma, o que por ora externo, é um discurso que possui em si, intrinsecamente, uma condenação, a de que será substituído por outro e este, ainda, será por outro e outro, indefinidamente no tempo... Considerar a emergência do discurso enquanto acontecimento histórico, nesse sentido, implica em compreender a ordem dos discursos que o possibilitaram, concebendo-o como resultante de relações de poder constituídas

num outro tempo, que não o nosso, porém, redundante em reflexos que se propagam para além do nosso tempo.

Trata-se de pensar a arqueologia de Foucault como método de investigação, descartando, dessa forma, uma perspectiva teórica/metodológica paralisante ou um traçado retilíneo, uniforme e linear ao percurso, tendo em vista que a problemática dessa pesquisa encontra-se no campo de uma ‘ciência do homem’, domínio a respeito do qual parece ser impossível estabelecer critérios rigorosos de cientificidade.

(...) a arqueologia, pelo fato de ter gravitado em torno do homem, domínio através do qual não parece ser possível estabelecer critérios rigorosos de cientificidade, pensou os conceitos como independentes das ciências, neutralizando a questão da cientificidade e realizando uma história filosófica de onde, em princípio, desapareceram os traços de uma história do progresso da razão, de conhecimento ou da verdade, sem a qual o projeto epistemológico seria impossível. (MACHADO, 2012; p. 09).

O método arqueológico de Foucault, como inspiração desta pesquisa, exclui em absoluto uma série de conjecturas, arquétipos, categorias de análise, métodos de pesquisa. Tendo em vista que, nesta perspectiva, não há privilégios em relação à racionalidade científica, o método epistemológico é, nestes termos, considerado ineficaz, insuficiente e desinteressante.

Na medida em que não privilegia em suas análises a racionalidade científica, o grande interesse da arqueologia é ser capaz de dar conta desses saberes específicos, criados na modernidade, que são bem diferentes dos estudados pelos epistemólogos franceses, a ponto de não saber dizer com certeza se podem ou não ser propriamente considerados científicos, o que torna, neste caso, o método epistemológico ineficaz, insuficiente e desinteressante. (MACHADO, 2012; p. 09-10).

Esta pesquisa, nesse viés, não procura assumir a posição de verdade numa mera equação, do discurso pelo discurso. Muito menos tem a pretensão ingênua de alcançar uma verdade, oculta, escondida, camuflada, que se encontra latente e a espera de alguém que, utilizando perspicazmente dos métodos adequados, seja capaz de

extrair e de trazer a tona. Situa-se longe, ainda, de desejar emitir juízos de valor, que seriam próprios de uma constituição subjetiva contemporânea, em relação a discursos e práticas discursivas e não discursivas oriundas de uma outra rede de relações de saber-poder diversa e própria de um outro espaço-tempo.

A reflexão a respeito da impossibilidade de se valorar discursos segundo critérios morais ou éticos traz, talvez, a ideia de que se pretende, neste trabalho, uma análise neutra ou apática. O que, talvez, fira os ouvidos daqueles cuja sensibilidade é mais aguçada, já que o tema é espinhoso e por hora, sem dúvida alguma, haverá que se reportar a fatos históricos sabidamente escabrosos e a análise de teorias racialistas, sob vários aspectos, hoje tidas como ultrajantes. Porém, embora não haja aqui indícios de um enredo melodramático, um mergulho nesse universo de dor, degradação, exploração e infâmia não poderia de forma alguma existir impunemente. Nenhum ser humano sairia dele incólume. Como timidamente ensaio dizer, não sairia incólume de qualquer outro projeto ou experimento, por nos encontrarmos em constante processo de construção da subjetividade, em contínuo processo de constituição. No entanto, este trabalho, não é uma apologia à causa negra, nem fruto do ativismo ou militância, mas do olhar curioso de alguém que acredita que é preciso se sujar do mundo, um mundo de relações de saber/poder intrincadas, erigidas pelo tempo. Segundo o próprio Foucault,

Nem tudo é ruim, mas tudo é perigoso, o que não significa o mesmo que ruim. Se tudo é perigoso, então temos sempre algo a fazer. Portanto, minha posição não conduz à apatia, mas ao hiperativismo pessimista. (FOUCAULT, 1995. p. 256.)

Este trabalho objetiva a busca pelo discurso em si mesmo, pelo que nele há de vivo e pulsante, o que constituiu e constitui sujeitos... E que escancaradamente grita na raiz das palavras e na sua emissão. Propõe-se a enxergar o que há de descontínuo. O método arqueológico de Foucault, nesse sentido, é o que permite permear e infiltrar nas camadas mais profundas da descontinuidade do discurso. O termo Arqueológico traz, em si, exatamente a ideia de escavação, o que por sua vez remete a existência de camadas mais ou menos profundas referente às formações discursivas, não exatamente ocultas, mas não percebidas pelo nosso olhar. É nesse sentido de profundidade que pretendemos trabalhar. Pois,

A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos; mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras. Ela não trata o discurso como documento, como signo de alguma coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém a parte, a profundidade do essencial; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento. Não se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um “outro” discurso mais oculto. Recusa se a ser “alegórica”. (FOUCAULT, 1997, p. 159)

Não se trata, dessa forma, ainda, do que se esconde por trás de um véu ou de uma verdade dissimulada ou encoberta, mas do que salientemente se expressa nos discursos de forma nua e crua. Sem jogos e sem mascaras.

(...) nada há por trás das cortinas, nem sob o chão que pisamos. Há enunciados e relações, que o próprio discurso põe em funcionamento. Analisar o discurso seria dar conta exatamente disso: de relações históricas, de práticas muito concretas, que são “vivas” nos discursos. Por exemplo, analisar textos oficiais sobre educação infantil, nessa perspectiva, significará antes de tudo tentar escapar da fácil interpretação daquilo que estaria “por trás” dos documentos, procurando explorar ao máximo os materiais, na medida em que eles são uma produção histórica, política; na medida em que as palavras são também construções; na medida em que a linguagem também é constituidora de práticas. (FISCHER, 2013, p. 74)

Com essas premissas em mente, a proposta não é absolutamente um discurso inaudito. Não são minhas as palavras, assim como não é minha a entonação e o sentido com os quais foram ditas. Estas, segundo Foucault, estão presas em um outro tempo. Tempos, inclusive, imemoriais, como monumentos estáticos, ao mesmo tempo em que ecoam e se reproduzem em nosso tempo, como algo imanente e não-sabidamente tão arcaico e ao mesmo tempo tão novo.

Não pretendo uma análise fria, nem ao menos apaixonada, mas que logra obter o êxito de não perder-se em anacronismos, julgamentos valorativos ou tautologias, como parece ser um sério risco em relação a esta temática tão polemizada, politicamente

relevante e tão massivamente discutida. Digo tão massivamente discutida por encontrar, no banco de teses e dissertações da CAPES, no período de 12 anos – entre 2000 e 2012 - em relação ao descritor '*Políticas Afirmativas*' um total de 626 trabalhos entre teses/dissertações, referente aos três níveis apresentados no site, ou seja, profissionalizante, mestrado e doutorado. A ideia, não é necessariamente somar ou fazer coro junto a tais pesquisadores, não reduzindo, é claro a importância dos mesmos. Mas, através de um caminho metodológico construído a partir da análise das relações de saber e poder que possibilitaram a emergência do discurso das Políticas Afirmativas, pretendo, como disse acima, pensar aquilo que nosso pensamento silencia. Ou seja, possibilitar pensar o que, mesmo estando contido emblematicamente na ordem dos discursos, deixou de ser dito ou relacionado, ou analisado: O substrato para a emergência do discurso das cotas raciais neste contexto espaço/tempo.

Trata-se, dessa forma, de uma tarefa eminentemente histórica, cujo objetivo é a busca pela compreensão a respeito de como chegamos a ser o que somos e, pensar como pensamos. Ou seja, como uma sociedade cuja propriedade de bens, recursos e possibilidades, então distribuídos a partir de um caráter indiscutivelmente racial (onde discursos baseados na concepção de raça e, mais enfaticamente da inferioridade dos não brancos, tiveram papel fundamental na segmentação social no país, embasando ações e/ou omissões do ente Estatal), chegou a ser como é, e apresentou uma descontinuidade, uma fissura, um rompimento com o discurso até então imperante, possibilitando a emergência do discurso das políticas afirmativas e perceber estas relações de saber/poder que os permearam e possibilitaram.

Trataremos, dessa forma, também, de rupturas... Nota-se que Foucault entende por ruptura ou descontinuidade "o fato de que em alguns anos, por vezes, uma cultura deixa de pensar como fizera até então e se põe a pensar outra coisa e de outro modo" (FOUCAULT 2007, p.68). Trata-se, nesse sentido, de um processo que não se dá aleatoriamente, nem se deve à obra do acaso ou a favores especiais da providência.

A proposta por uma arqueologia direcionada a rupturas em relação a uma forma de pensar sobre algo em determinado espaço/tempo pressupõe a existência de epistemes distintas, e mais que isso, pressupõe que estas (epistemes) são inconciliáveis e, mesmo conflitantes.

Primeiramente importa saber sobre a construção desse castelo de cartas, dessa episteme em franco processo de quebra, de rompimento. Como se erigiu cada uma das peças dessa realidade que nos salta aos olhos. Uma tarefa descritiva, portanto. E, em um segundo momento, como uma nova realidade, em construção, a ela se impõe... Discursos paradoxais, contundentes e divergentes em absoluto, indicando que há uma ruptura em andamento.

Nesse sentido, este trabalho trata-se de uma genealogia das relações de saber/poder, combinado a uma arqueologia das formações discursivas, considerando que, discursos constituem sujeitos, que constituem discursos mutuamente, numa realidade mutante, cambiante.

Por outro lado, o método empregado nesta pesquisa assume um caráter utilitarista a medida em que se apropria da teorização foucaultiana, o que nas palavras de Veiga Neto (2007) significa que;

(...) recorreremos à teorização foucaultiana e seus respectivos conceitos de um modo um tanto utilitarista: interessa-nos examinar e dissecar o mais microscopicamente possível o que é dito e o que é feito no plano das práticas sociais, sejam elas discursivas, sejam não-discursivas. (VEIGA NETO, 2007, p. 951)

A teorização de Foucault e os seus conceitos, portanto, terão para este trabalho o papel sugerido pelo próprio filósofo, em sua metáfora da caixa de ferramentas, dando subsídio instrumental, conferindo uma lógica própria à análise dessas relações de saber/poder estabelecidas historicamente,

(...) pensar a teoria como uma caixa de ferramentas significa que: a) se trata de se construir não um sistema, mas um instrumento: uma lógica própria às relações de poder e às lutas que se estabelecem em torno delas; b) a pesquisa não pode ser feita senão pouco a pouco, a partir de uma reflexão necessariamente histórica em algumas de suas dimensões acerca de determinadas situações. (Foucault, 2001, p. 427)

Utilizarei de algumas de suas ferramentas, por hora, indico os conceitos de descontinuidade, episteme, discurso, de práticas discursivas e não discursivas, de



enunciado e, também, o de Campo de Saber e, ainda, o de sujeito. Porém, essa utilização não pretende ser meramente instrumental, já que para se utilizar conceitos, ferramentas, é necessário compreensão do conjunto. Sobre este conjunto de ideias que delineiam esta pesquisa, e as ferramentas que serão utilizadas, sigamos em frente.

### **Condições de Possibilidades do discurso das Cotas Raciais no cenário da Educação Superior**

Certa vez me lembro de ter ouvido uma frase, um tanto quanto poética, referente a um conceito bem particular do que seriam os sonhos, as projeções de futuro. Ela os chamava de castelos construídos no ar aos quais faltava edificar os alicerces. Entendi, após certo tempo de caminhada com Foucault, ainda por hora bastante curta, diga-se de passagem, que há um certo sentido foucaultiano nesses dizeres. Construções, mesmo teóricas, ou ainda projeções de futuro, carecem de alicerces, fundamentos erigidas em um passado. É na esteira do tempo e do espaço que se constroem castelos no ar. De certa forma, me apropriando da metáfora, diria que os discursos (não os sonhos) são como estes castelos, constructos que carecem de uma esteira, uma sustentação, um alicerce erigido no tempo e no espaço. Não nascem a esmo.

Segundo Foucault as condições de possibilidade de um discurso estão profundamente vinculadas às relações de saber/poder circunscritas em um espaço/tempo... São elas que dirão quais serão os discursos verdadeiros e também forjarão os regimes de verdade, delimitarão os campos do saber e determinarão os sujeitos que pretende ter produzidos e constituídos. Para Foucault,

(...) somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder. (FOUCAULT, 2008, p.180)

Porque agimos como agimos, em relação a negros? Porque, enquanto sociedade, posições sociais são definidas pela mera quantidade de melanina, pelo fenótipo dos indivíduos?

Considerando que nossos atos reproduzem ideias e que estas são reflexos de uma constituição formatada por discursos, resta evidente a necessidade de compreendermos o porquê de pensarmos como pensamos e agir como agimos. Para além dos atos, vamos às ideias que as antecedem. Não como estátuas súbitas, mas como edifícios inacabados, ainda em construção...

Pois bem, embora muitos relacionem a pobreza e miséria negra no país ao mero passado escravo e, este tenha deixado, de fato, profundas cicatrizes no contexto socioeconômico brasileiro, a ideia de raça talvez represente uma das mais contundentes razões de continuidade e manutenção deste *status quo*.

Bertúlio (2008) aponta que durante todo o período anterior da República no Brasil, e ainda após a sua proclamação o *status quo* do negro no Brasil não sofreu grandes mudanças. Quanto à educação, os negros eram proibidos de serem alfabetizados, incluindo os libertos. Entendimentos e posicionamentos políticos, científicos e mesmo religiosos tendiam ao sentido de que contingentes humanos fossem rotulados em categoriais raciais. E tais posicionamentos, encontravam respaldo tanto em dogmas pregados e sancionados pela igreja quanto em teorias racialistas, pretensiosamente chamadas científicas, muito aceitas no Brasil, pela elite nacional. Teorias que afirmavam a desigualdade das raças e, mais que isso a inferioridade e degeneração dos 'não brancos'. Daqueles que não se encaixavam nos moldes criados pelos intelectuais da época a fim de delimitar o que era civilizado, bom, justo, correto, bonito, etc.

Segundo Poliakov (1974), os 'mitos de origem' tem papel fundamental em relação à ideia de 'raça', de inferioridade, quando os homens ainda não haviam se arriscado em um discurso mais ousado tentando buscar e afirmar razões da inferioridade e da diferença a partir de critérios mensuráveis, utilizando então, de explicações míticas e religiosas. Neste momento, a religião era a fonte da verdade, e apoiava-se em textos sagrados, hoje tidos como polêmicos e de dúvida interpretação para afirmar suas verdades.

Assim, do alto de um púlpito, adornado das indumentárias que lhe eram características e reclamando para si uma autoridade que lhe teria sido atribuída pelo próprio Deus, cânones eram apresentados de forma a explicar e aprovar a exploração de segmentos humanos tidos como anatematizados. Assim conforme nos afirma Poliakov (1974), 'o mito da maldição de Cam' durante muito tempo foi utilizado como explicação para uma suposta maldição em relação aos negros. Segundo este 'mito de

origem' toda a humanidade descenderia dos sobreviventes diluvianos filhos de Noé: Sem, Jafé e Cam. Este último teria por opróbrio a punição imputada pelo pai, que afligiria não apenas a ele, mas a toda sua descendência (que segundo a etimologia bíblica seriam os negros africanos), a de que seriam servos dos servos dos seus irmãos, ocupando, por tanto, o mais baixo nível na escala hierárquica humana. Segundo o mesmo autor tal mito teria sido largamente utilizado e difundido durante toda a idade média, sendo mais tarde substituído pelas teorias racialistas modernas, que não foram mais generosas em relação aos negros.

O racismo tem seu papel de destaque nas opções tanto de ação quanto de omissão do Estado em relação aos negros. Tendo em vista que o trabalho escravo foi uma constante na história da humanidade, sendo ferida de morte apenas a partir da Revolução Industrial, que exigia um mercado consumidor e intrinsecamente o trabalho livre e remunerado. O diferencial, em relação ao negro, é segundo Fanon (1983), o estigma de sua cor denunciando a 'origem bastarda'. A relação de colonizado, de selvagem, de inferior. Enquanto em relação a outros povos a relação de servidão, a condição de inferioridade, se reduziu a notas de rodapé nos livros de história, a condição de negro não poderia ser dissimulada ou disfarçada. Apresenta-se indiscutível, flagrante, evidente.

Schwarz (1993), por outro lado, aponta que, em face das teorias monogenistas (àquelas que apresentam um homem como origem de toda raça humana, como Adão) se instaurou um novo paradigma, ao conceito de raça, agora sob o crivo da ciência, recebendo o status de discurso verdadeiro, o que teria ocorrido a partir do Iluminismo. Tais teorias ganharam maior visibilidade no séc. XIX agregando conceitos biológicos sofisticados e criticando as teorias monogenistas.

Segundo Banton (2010) a partir do Séc. XIX, a concepção do termo 'raça' passa a designar um meio de classificação de pessoas através de um caráter de 'qualidade física inerente', e a partir daí, a sociedade passa a ser concebida em 'raças', sendo esta categoria então utilizada inquestionavelmente para compreender a diversidade humana, e principalmente para demarcar a 'inferioridade da população não europeia'. Antes disso, o termo 'raça' seria utilizado para se referir meramente à ancestralidade comum de determinado grupo de pessoas.

Darwin em sua famosa obra publicada em 1859 insere ainda um novo paradigma as discussões com a sua 'Teoria da Evolução', pois, declara não apenas a superioridade caucasiana, como também declara a futura extinção dos povos não

civilizados em face dos mesmos. Nesse sentido logo se somaram a ele os chamados ‘evolucionistas sociológicos’, ou ‘darwinistas sociológicos’, todos afirmando que o progresso e a civilização ocorreriam sob a liderança do homem branco, sendo os outros segmentos raciais condenados a extinção, como em outros tempos teriam sido os espécimes menos evoluídos em face o *homo sapiens*.

Aderindo ao modelo de civilização europeia e a ideia de raça que a acompanhava, o Brasil se viu em grande dificuldade, ao perceber-se mestiço. Pois o mestiço era visto como algo tremendamente nocivo, já que aviltava o sangue branco, e lhe trazia nefasta e pernicioso influencia. Segundo Bertúlio (2008), esta opção por alcançar o modelo de civilização europeia levou o país a investir no projeto ‘imigrantista’, trazendo ao país, levas de europeus dispostos a povoar o novo mundo, principalmente durante o período da Primeira República, com o objetivo de embranquecer o país e fazer vista aos europeus, que não acreditavam na existência de um ‘povo’ brasileiro apto a servir como material humano para a pátria oligárquica em ascensão.

### **Considerações Finais**

Tais elementos históricos demonstram que a construção da ideia de raça encontra-se intimamente ligada as condições socioeconômicas e educacionais no país. Percebemos que os critérios para conferir o status de discurso verdadeiro em relação a questão racial apresentou uma ruptura sendo anteriormente tratada com base em dogmas religiosos e assumindo o caráter mítico para posteriormente aderir ao cientificismo em ascensão com o Iluminismo e posteriormente com a instauração de um novo paradigma, o evolucionismo, que reputa ao negro o caráter de selvagem, e portanto condenado a extinção em face do homem caucasiano, a quem caberia a frente nessa marcha civilizatória e evolutiva.

Entendemos que estes discursos deram subsídio às opções políticas que, em suma, descartaram o negro enquanto matéria humana viável à pátria oligárquica em ascensão em face do europeu imigrante. Neste sentido, concebemos que as condições educacionais e sociais são produto dessas opções políticas assumidas em um passado não tão distante, que relegaram o negro a um segundo plano, numa condição de filho bastardo.

## Referências Bibliográficas

- BANTON, Michael. A ideia de Raça. Edições 70, Lisboa/ Portugal. 2010.
- BERTÚLIO, Dora Lúcia de lima. Racismo e desigualdade racial no Brasil. In: Duarte, E. C. P. (Org). Cotas raciais no ensino superior: entre o jurídico e o político. Ed. Juruá, Curitiba 2008.
- DELEUZE, G. (1992). *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34.1 Ed.
- FANON, Frantz. Pele Negra, máscaras brancas, outra gente. Rio de Janeiro: Fator, 1983.
- Fisher, R. M..B. Trabalhar Com Foucault - Arqueologia de Uma Paixão. Autentica Ed. 2013.
- FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- FOUCAULT, M. As Palavras e as Coisas. Martins Fontes, São Paulo SP 9ª edição, 2007.
- Foucault, Michel. História da Sexualidade Vol. 2 (O uso dos prazeres). Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 8ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998 [1984].
- Foucault, Michel. Microfísica do Poder. Tradução de Roberto Machado. 28 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.
- FOUCAULT, M. Pouvoirsetstratégies. In: FOUCAULT, M. Ditsécrits. Paris: Quarto/Gallimard, 2001. p. 418-428. Apud Veiga Neto, Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 947-963, out. 2007, Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.
- FOUCAULT, M entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. Michel Foucault – Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 256.
- MACHADO, R. Foucault, a filosofia e a literatura. Zahar Ed. 3ª reimpressão 2012.
- POLIAKOV, Leon. O Mito Ariano: Ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Cia. Das Letras, 1993, p. 47.
- VEIGA NETO, Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 947-963, out. 2007, Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.
- VEIGA-NETO, Alfredo et al. Crítica pós-estruturalista e educação. Porto Alegre: Sulina, 1996.